



ISSN: 2595-5713

Vol. 2 | N°. 3 | Ano 2019

Policarpo Camilo S. Matiquite

ENSINO SUPERIOR E PESQUISA CIENTÍFICA EM MOÇAMBIQUE

HIGHER EDUCATION AND SCIENTIFIC RESEARCH IN
MOZAMBIQUE

RESUMO: Descreve a formalização da educação moçambicana no período pós-independência e apresenta alguns aspectos que contribuíram para o estabelecimento do ensino superior e desenvolvimento de pesquisa no país. O Sistema Nacional de Educação, introduzido em 1983, pela Lei nº 4/83, constituiu transição da educação colonial. Mas, mesmo assim, foram identificadas fragilidades na educação moçambicana. Em 1992, para atualizar e melhorar a lei anterior foi aprovada a Lei nº 6/92, que preconizava a formação de cientistas para assegurar o desenvolvimento da investigação científica moçambicana. Das várias instituições de ensino superior que surgiram a coberto da nova lei a Universidade Eduardo Mondlane é a mais antiga e a que mais desempenho tem na pesquisa científica. A pesquisa científica moçambicana é considerada fraca, tendo em conta o número de publicações existentes e revistas científicas indexadas nas grandes bases de dados internacionais.

Palavras-Chave: Educação; Pesquisa científica; Ensino superior; Moçambique.

ABSTRACT: It describes the Mozambican education and its formalization in post-independence period. Presents as well, some aspects that contributed to the establishment of higher education and research development in the country. The National Education System, introduced in 1983 by Law No. 4/83, constituted a transition from colonial education. But even so, weaknesses were identified in Mozambican education. In 1992, to update and improve the previous law, Law 6/92 was approved, which called for the formation of scientists to ensure the development of Mozambican scientific research. Of the various higher education institutions that emerged under the new law, Eduardo Mondlane University is the oldest and most performing in scientific research. Mozambican scientific research is considered weak, given the number of existing publications and scientific journals indexed in major international databases.

Site/Contato

Editor

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Key words: Education; Scientific Research; Higher Education; Mozambique.

ENSINO SUPERIOR E PESQUISA CIENTÍFICA EM MOÇAMBIQUE

Policarpo Camilo Silvestre Matiquite ¹

Introdução

Em todas as sociedades, a educação é o pilar mais importante no desenvolvimento e capacitação do homem para enfrentar os desafios da vida. Sabe-se que a educação sempre é preparada dentro de uma ideologia que não deve se distanciar da cultura de povo. O distanciamento desta ligação pode provocar danos sérios na estrutura social. Este estudo tem com o objetivo descrever o início de educação superior formal e institucionalizada até ao surgimento de instituições de pesquisa e de ensino em Moçambique. Apresenta a institucionalização da pesquisa científica moçambicana e apresenta uma breve história do surgimento de instituições de pesquisa.

Moçambique país que por muitas décadas era província ultramarina de Portugal. O país conquistou a sua independência via luta armada que culminou com a proclamação da República em 1975. Atualmente, Moçambique luta para fortalecer a sua identidade apostando entre outras áreas de desenvolvimento na educação como o caminho para mudança e desenvolvimento do país. Desde 1975 até aos tempos atuais, a educação em Moçambique conheceu várias mudanças acompanhando as diferentes fases da evolução social e cultural que o país ia travessando.

É importante apontar os retrocessos e avanços que ocorreram ao longo destas quatro décadas de independência. Por exemplo, Moçambique ainda possui índice de analfabetismo de 44,9% segundo o INE (2016)². Número de Instituições de ensino superior aumentaram, tal como veremos mais adiante, mas a qualidade tanto nas instituições privadas quanto as públicas deixa a desejar. As universidades sentem falta de apoio financeiro para que realmente atuem de forma qualitativa e que possa subir no ranking das melhores universidades do mundo. A falta de infraestruturas (bibliotecas, laboratórios, campi, espaços atividades culturais) professores qualificados e projetos pedagógicos que realmente dão ênfase a uma educação afrocentrista trazendo ao debate os reais problemas de África e de Moçambique em especial.

¹ Documentalista e Bibliotecário Sênior da Universidade Eduardo. É pesquisador em organização, representação e mediação da informação e do conhecimento, com enfoque para publicação científica. Tem doutorado em ciência da informação pela Universidade Federal de Santa Catarina e tem mestrado em Ciência de Informação e Biblioteconomia na Universidade de Western Cape em Cape Town, África do Sul. Atualmente é docente na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

² **Relatório anual.** Governo de Moçambique, 2016. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anoario/nacionais/anoario-estatistico-2016/view>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

Breves antecedentes

Antes da independência nacional a educação em Moçambique estava ao cargo de Portugal e o acesso era segregado a elites. A luta de libertação nacional que começou em 1964 permitiu a criação de zonas libertadas³ onde a educação era direito para todos. Para maior controle e organização de pessoas e bens, nas zonas libertadas, eram criadas aldeias comunais⁴ onde se ensinavam as pessoas os valores de uma sociedade nova e as razões da luta; alguns desses valores eram a liberdade e o acesso livre a educação. Para uma transição efetiva da educação colonial para moçambicana, aprovou-se em 1983 a Lei nº 4/83 de 23 de Março 1983 que estabelece do Sistema Nacional de Educação⁵. Este ato conferiu ponto de partida para nova uma nova era na educação no país, apesar de passar oito anos depois da independência nacional, mas, isso legalizou a educação moçambicana e transformou o sistema educacional colonial para educação formal em Moçambique independente.

Deste modo o ensino ou educação em Moçambique passou a enquadrar-se nos princípios que nortearam os objetivos da luta de libertação nacional e pela independência de Moçambique. De acordo com esta lei, educação, significava ir à escola em busca do conhecimento para descobrir a natureza e todos os seus segredos de modo a ajudar a organizar a sociedade; a educação, significava ainda utensílio soluções dos problemas do dia a dia na vida da comunidade. De salientar que a sociedade estava organizada em pequenos grupos e aldeias chamadas “Aldeias Comunais”. Nas Aldeias Comunais, todo o cidadão tinha sua tarefa concreta; mas a do professor era coadjuvado por todos os adultos da aldeia, fazendo com que todos se envolvessem com a educação de seus filhos ou educandos e no horário pós-laboral, esses adultos participavam da escolarização em programas denominados alfabetização (TAIMO 2010).

Em 1992 ano em que se aprovou a primeira constituição da república de Moçambique, foi revogada Lei nº 4/83 pela aprovação da Lei nº 6/92, que, de entre várias coisas adicionadas e atualizadas da Lei de 1983, a formação de cientistas e especialistas altamente qualificados que podiam permitir o desenvolvimento da investigação científica e da pesquisa científica em Moçambique, foi uma das mais notáveis modificações desta lei. Por isso, a institucionalização da pesquisa científica em Moçambique, começa a ser notável a partir destes 1992.

Pesquisa científica em Moçambique e sua institucionalização

³ Zonas Libertadas: territórios fora da administração portuguesa controlados pelo partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). A FRELIMO foi o partido que lutou contra o colonialismo português.

⁴ Aldeias comunais: primeiros bairros administrados pela FRELIMO enquanto iam sendo conquistados das mãos dos colonos.

⁵ **Lei n. 4/83, de 23 de março.** Aprova o Sistema Nacional de Educação e a respectiva estratégia de implementação. In: Boletim da República, Maputo, I série, n. 12, p.24 (13-21). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1983.

O desenvolvimento de um país depende do investimento que se dá na pesquisa científica e sua comunicação. Por isso a aprovação da Lei nº 6/92 da educação moçambicana que privilegia a pesquisa científica, é um bom passo para o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com Burke (2003), pesquisa científica implica, dentre outras atividades, fortalecer as instituições de pesquisas científicas sejam elas universidades, centros de pesquisa, institutos, escolas superiores e centros educacionais, etc. Desse modo, mapear instituições de ensino superior é fundamental para estudar a produção científica de um país, pois permite verificar a contribuição institucional da pesquisa científica e avaliar a sua comunicação.

A qualidade da pesquisa científica moçambicana depende da capacidade institucional estabelecida e da qualidade de educação formal nos níveis de instrução primário ao pré-universitário. Deste modo, não é suficiente definir políticas e aprovar legislação sem criar capacidade nas instituições de educação de base e as de pesquisa. Mesma percepção é partilhada por Ziman (1996):

Desse ponto, passamos naturalmente a investigar o lugar da ciência na sociedade em geral tentando esclarecer questões práticas: [...], a organização das instituições. Sem dúvida é de grande valor entender como a ciência é feita e pesar o papel social do cientista e de suas instituições. (ZIMAN, 1996, p. 14).

Marenco (2015) aponta para necessidade de manter a ligação entre universidades e sociedade, para estimular a pesquisa e a produção científica, integrando membros da comunidade e da universidade. Esta ligação é denominada extensão universitária, que proporciona à comunidade conhecer os resultados das pesquisas que a universidade desenvolve. Por meio da extensão universitária se estabelece o fomento para a pesquisa na comunidade e registra a cultura, e atitude de desenvolvimento da pesquisa científica e da publicação dos resultados dessas pesquisas. Como o que acontecia nas Aldeias Comuns em que a educação era para resolver algum problema pontual da comunidade, na pesquisa científica a extensão universitária vem responder as necessidades das comunidades estudando um problema específico.

As universidades são sempre constituídas por três pilares, que autores como Taimo (2010) e Marenco (2015) chegam a chamar de pilares indissociáveis da universidade: Ensino-aprendizagem/pesquisa/extensão. A pesquisa é o componente mais forte para o bem das universidades, por apoiar o processo do ensino, e apoiar a relação com a comunidade (extensão). Desta forma,

O avanço da pesquisa científica nas universidades permite ampliar e melhorar os programas de avaliação da mesma instituição [...] com a extensão universitária são realizados estudos em conjunto com a sociedade para o progresso da produção social e científica, com a comunidade científica e seus membros de audiência. Por essa razão os estudos sobre a comunicação científica no contexto

acadêmico são uteis para estabelecer políticas e decisões para os governos e agências financiadoras da própria instituição. (MARENCO, 2015, p. 192, tradução nossa).

A pesquisa que se desenvolve nas universidades facilita e enriquece o processo de ensino e aprendizagem e consolida a integração social da ciência, permitindo aos membros da comunidade que adquiram treinamento e iniciação em pesquisa científica (TAIMO, 2010). Sendo assim,

[...] fazendo a caracterização do subsistema de educação superior, deixa claro que realiza a formação de profissionais técnicos e científicos com um alto grau de qualificação e um profundo conhecimento da realidade nacional e das leis do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, para participarem no desenvolvimento e defesa do País [...]. A lei traz um elemento fundamental na educação superior, a questão da ligação entre o ensino e pesquisa, assim como a dimensão da utilidade da pesquisa científica para o desenvolvimento do país. (TAIMO, 2010, p. 117).

No caso moçambicano é difícil indicar com exatidão qual das instituições foi pioneira em pesquisa científica no país, mas a literatura aponta que a Universidade Eduardo Mondlane (Doravante UEM), desde a sua criação, tem como missão: ensino, pesquisa e extensão e é a maior e a mais antiga universidade do país (TAIMO, 2010).

A UEM foi criada na era colonial, no ano de 1962, na então cidade de Lourenço Marques, atual cidade de Maputo e capital moçambicana. A UEM era denominada Estudos Gerais Universitários de Moçambique tendo passado à categoria de universidade em 1968, e se chamou Universidade Lourenço Marques. Neste período, Moçambique era uma província ultramarina de Portugal e, por isso, a universidade era administrada por normas portuguesas, no entanto, estava estruturada para incorporar não só o processo de ensino, mas também de pesquisa científica. Apesar disso, sendo ela a primeira instituição de ensino superior no país, assumiu um caráter de universidade nacional e, depois da independência de Moçambique, passou a se chamar Universidade Eduardo Mondlane (TAIMO, 2010).

As outras universidades públicas moçambicanas surgiram no período depois de (1975), com objetivo de reforçar a educação superior do País, aumentando áreas de conhecimento estudadas e expandindo o ensino superior para outras regiões. Mas, devido às fragilidades de um país recém-independente, o componente de pesquisa e extensão não foi observado nas novas universidades. A Universidade Pedagógica, por exemplo, criada dez anos depois da independência (em 1985) tinha como missão a formação de professores para cobrir a educação básica (ensino primário e secundário) nacional. De acordo com Massarani e Lima (2012) foi criado em Moçambique pela primeira vez o Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia no ano de 2000, como resultado da necessidade de reorganizar o setor de ensino superior e garantir a expansão do País. Até então o setor de ensino superior era gerido por uma direção do Ministério de Educação. Este

novo Ministério orientava que o ensino superior deveria incluir na sua estrutura de funcionamento o componente de pesquisa e extensão.

Neste caso, a Universidade de Lúrio (UniLurio) e Universidade de Zambeze (UniZambeze) criadas nos anos 2005 e 2006 respetivamente, já incluem como parte de sua missão ensino, pesquisa e extensão. Estas foram criadas para responder a demanda pelo ensino superior nas regiões norte e centro do país respetivamente. As demais instituições de ensino superior são especificamente direcionadas a determinada área de atuação, como por exemplo, o Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA), criado em 2003, que está destinado à formação de agentes de saúde para cobrir as unidades de saúde públicas do País, ou a Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN), criada em 2004 para formação de técnicos navais, ou ainda os institutos politécnicos, que oferece cursos profissionalizantes adaptados à realidade regional, etc.

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP 2017), Moçambique possui 18 universidades públicas (Tabela 1) e 31 privadas (Tabela 2), sendo que destas, a UEM é a mais bem posicionada no patamar das melhores universidades do País, apesar de estar na posição 3.125 do *ranking* mundial (Tabela 3). Maria (2013) conceitua universidades como organismos que institucionalizam a ciência e contribuem para o reconhecimento social da mesma. É nas universidades que começa o exercício da atividade científica e se formam cientistas. Das instituições de ensino superior em Moçambique, as universidades participam do processo de difusão e estabelecimento de atividade científica no País, sendo que para além do ensino, as universidades públicas moçambicanas também têm como missão a pesquisa e extensão (TAIMO, 2010).

Para Maria (2013), os jovens cientistas começam a se envolver mais com pesquisa científica e se dedicam ao trabalho de pesquisa em período integral nas universidades e, isso possibilita que tenham mais capacidade se tornarem bons pesquisadores, por isso, as universidades têm também um papel social na formação de pesquisadores e na educação técnico profissional dos jovens. As instituições sociais que mais dão corpo à ciência são as universidades, os centros de pesquisa, os laboratórios, dentre outras. Quanto aos atores, destacam-se os investigadores de tempo integral, os académicos (por relação intrínseca com a sua ocupação devem agir como “cientistas”) e um grande número de profissionais que devem fazer recurso aos seus resultados para a sua prática laboral habitual, como é o caso dos médicos. Esses atores e instituições devem fazer uma advocacia junto dos poderes que detém capacidade financeira, para proverem os recursos necessários à produção, divulgação e aplicação do conhecimento científico (MARIA, 2013, p. 68).

Neste caso, espera-se que jovens moçambicanos, por meio da extensão universitária em universidades do país, estejam envolvidos com pesquisa e publicação científica. Como indicado

anteriormente, na Tabela 1 é listada as instituições de ensino superior públicas e, na Tabela 2 instituições de ensino superior privado, e mais a adiante no Quadro 1 é listado 23 entidades públicas, sendo estes, institutos e centros de pesquisa científica reconhecidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia Ensino Superior e Técnico Profissional. Em ambas as Tabelas, as universidades aparecem em menor número, mas o corpo de instituições de ensino superior ganha notoriedade com os institutos e escolas de nível superior que colaboram com a formação superior do País.

Tabela 1- Instituições públicas de ensino superior

| Num. | Instituição | Sigla | Ano de Criação |
|------|---|------------|----------------|
| 1 | Universidade Eduardo Mondlane | UEM | 1962 |
| 2 | Universidade Pedagógica | UP | 1985 |
| 3 | Instituto Superior de Relações Internacionais | ISRI | 1986 |
| 4 | Academia de Ciências Policiais | ACIPOL | 1999 |
| 5 | Academia Militar | AM | 2003 |
| 6 | Instituto Superior de Ciências de Saúde | ISCISA | 2003 |
| 7 | Escola Superior de Ciências Náuticas | ESCN | 2004 |
| 8 | Instituto Superior da Administração Pública | ISAP | 2005 |
| 9 | Instituto Superior Politécnico de Gaza | ISPG | 2005 |
| 10 | Instituto Superior Politécnico de Manica | ISPM | 2005 |
| 11 | Instituto Superior Politécnico de Tete | ISPT | 2005 |
| 12 | Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique | ISCAM | 2005 |
| 13 | Universidade Lúrio | UniLúrio | 2006 |
| 14 | Universidade Zambeze | UniZambeze | 2006 |
| 15 | Instituto Superior de Artes e Cultura | ISArC | 2008 |
| 16 | Instituto Superior Politécnico de Songo | ISPS | 2008 |
| 17 | Escola Superior de Jornalismo | ESJ | 2008 |
| 18 | Instituto Superior de Estudos de Defesa, Armando Emilio Guebuza | ISEDEF | 2011 |

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (2017).

Diferentemente das instituições públicas, que foram criadas no tempo colonial e passaram para Estado moçambicano após a independência, por meio das nacionalizações⁶, as instituições privadas começaram a ser criadas a partir do ano de 1995, pois neste ano se introduz uma mudança na legislação moçambicana, permitindo a introdução no país de instituições de ensino superior privado. As primeiras instituições de ensino superior privadas foram criadas em 1995, nomeadamente o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) e a Universidade Católica de Moçambique (UCM), e no ano seguinte (1996) o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). (TAIMO, 2010, p. 146).

⁶ Processo que ocorreu em Moçambique que consistiu em converter todos os bens colônias para o Estado desde o período a seguir a independência.

Tabela 2 - Instituições privadas de ensino superior

| Num. | Instituição | Sigla | Ano de Criação |
|------|---|-------------|----------------|
| 1 | Universidade Católica de Moçambique | UCM | 1995 |
| 2 | Universidade Politécnica | POLITÉCNICA | 1995 |
| 3 | Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique | ISCTEM | 1996 |
| 4 | Universidade Mussa Bin-Bique | UMB | 1998 |
| 5 | Instituto Superior de Transportes e Comunicações | ISUTC | 1999 |
| 6 | Universidade Técnica de Moçambique | UDM | 2002 |
| 7 | Escola Superior de Economia e Gestão | ESEG | 2004 |
| 8 | Universidade Jean Piaget | UJM | 2004 |
| 9 | Universidade São Tomás de Moçambique | USTM | 2004 |
| 10 | Instituto Superior Cristão | ISC | 2005 |
| 11 | Instituto Superior de Educação e Tecnologia | ISSET | 2005 |
| 12 | Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência | INSCIF | 2005 |
| 13 | Instituto Superior Dom Bosco | ISDB | 2006 |
| 14 | Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique | ISCIM | 2008 |
| 15 | Instituto Superior de Tecnologia e Gestão | ISTEG | 2008 |
| 16 | Instituto Superior Maria Mãe África | ISMA | 2008 |
| 17 | Instituto Superior Monitor | ISM | 2008 |
| 18 | Instituto Superior de Ciência e Gestão | INSCIG | 2009 |
| 19 | Instituto Superior de Ciência e Tecnologia Alberto Chipande | ISCTAC | 2009 |
| 20 | Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças | IGESCOF | 2009 |
| 21 | Instituto Superior de Gestão de Negócios | ISGN | 2011 |
| 22 | Universidade Adventista de Moçambique | UAM | 2011 |
| 23 | Universidade Nachingwea | UNA | 2011 |
| 24 | Instituto Superior de Estudos de Desenvolvimento Local | ISEDEL | 2012 |
| 25 | Instituto Superior Mutasa | ISMU | 2012 |
| 26 | Escola Superior de Gestão Corporativa e Social | ESGCS | 2013 |
| 27 | Instituto Superior de Gestão, Administração e Educação | ISG | 2013 |
| 28 | Instituto Superior de Ensino à Distância | ISEAD | 2014 |
| 29 | Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância | ISCED | 2014 |
| 30 | Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza-Muthini | ISGE-GM | 2014 |
| 31 | Universidade Metodista Unida de Moçambique | UMUM | 2014 |

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (2017).

A Universidade Eduardo Mondlane é a melhor do País, pois tendo sido a primeira universidade criada beneficiou-se de muitos investimentos: treinamento do seu pessoal docente e técnico administrativo, melhorias do quadro institucional de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão (TAIMO, 2010), está na posição 3.125 do *ranking mundial* (Tabela 3).

Tabela 3 - Ranking das universidades Moçambicanas

| Ranking Moçamb. | Ranking Mundial | Universidade | Ranking de presença | Ranking de Impacto | Ranking de Excelência |
|-----------------|-----------------|-------------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|
| 1 | 3125 | Universidade Eduardo Mondlane | 6499 | 4791 | 2564 |

| | | | | | |
|---|-------|---|-------|-------|------|
| 2 | 5863 | Universidade Pedagógica | 6830 | 7629 | 4421 |
| 3 | 7524 | Universidade Católica de Moçambique | 2361 | 13779 | 4421 |
| 4 | 11202 | Universidade Lúrio | 9451 | 9676 | 5414 |
| 5 | 13666 | Instituto superior de relações internacionais | 21971 | 10013 | 5414 |
| 6 | 18765 | Universidade São Tomás de Moçambique | 17793 | 18301 | 5414 |
| 7 | 19832 | Universidade Politécnica | 21397 | 18744 | 5414 |
| 8 | 19918 | Instituto superior de ciência e tecnologia | 20502 | 19168 | 5414 |
| 9 | 21142 | Instituto superior de ciências de saúde | 21837 | 21645 | 4421 |

Fonte: Elaborado a partir do *Ranking Web Universities* (2018).

A institucionalização da ciência não se resume a instituições de ensino superior no país, mas também em outras instituições que desenvolvem pesquisa, sem envolver o ensino. O Ministério de Ciência e Tecnologia Ensino Superior Técnico Profissional (2017), aponta que 23 instituições de pesquisas moçambicanas oficialmente reconhecidas.

Merton (2013) aponta que a ciência tem uma relação forte com as instituições de pesquisa científica, os pesquisadores congregam valores de conduta de suas instituições e a pesquisa é orientada para as regras e normas institucionais. Portanto, é fundamental conhecer as instituições de um país para estudar a comunicação científica desse país. Merton (2013) também chama a atenção para a influência das instituições no desenvolvimento, econômico e social. Isso traz a ideia de que a capacidade das instituições condiciona o desempenho dos pesquisadores para atuar na produção da ciência. O Quadro 1 mostra a lista de instituições públicas que o Ministério de Ciência e Tecnologia Ensino Superior e Técnico Profissional tem reconhecimento.

Quadro 1 - Listas de instituições de pesquisa moçambicanas

| | Nome | Sigla | Foco de pesquisa |
|----|---|-------|---------------------------|
| 1 | Arquivo Histórico de Moçambique | AHM | História/sociologia |
| 2 | Centro de Estudos Africanos | CEA | Sociocultural e Emigração |
| 3 | Centro de Estudos de Políticas Educativas | CEPE | Educação |
| 4 | Centro de Experimentação Florestal | CEF | Florestas e vegetação |
| 5 | Centro de Formação Jurídica e Judiciária | CFJJ | Jurídicos e Judiciários |
| 6 | Centro de Investigação em Saúde da Manhica | CISM | Saúde |
| 7 | Centro de Pesquisa Konrad Adenewar | CEPKD | Política e Democracia |
| 8 | Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção | | Cartografia |
| 9 | Centro Regional de Desenvolvimento da Saúde | CRDS | Saúde |
| 10 | Fundo Nacional de Investigação | FNI | Promoção à investigação |
| 11 | Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala | IDPPE | Pesca |
| 12 | Instituto de Estudos Sociais e Económicos | IESA | Economia e sociedade |

ENSINO SUPERIOR E PESQUISA CIENTÍFICA EM MOÇAMBIQUE

| | | | |
|----|---|---------|----------------------------|
| 13 | Instituto De Investigação Agronômica de Moçambique | IIAM | Agricultura |
| 14 | Instituto de Investigação Pesqueira | IIP | Pesca |
| 15 | Instituto de investigação sócio cultural | ARPAC | Sociocultural |
| 16 | Instituto Moçambicano de Assistência e Apoio à Pesquisa e Ensino em Saúde | MIHER | Pesquisa e ensino em Saúde |
| 17 | Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação | INDE | Políticas de Educação |
| 18 | Instituto Nacional de Estatística | INE | Estatística |
| 19 | Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação | INAHINA | Navegação |
| 20 | Instituto Nacional de Meteorologia | INAM | Meteorologia |
| 21 | Instituto Nacional de Petróleo | INP | Petróleo |
| 22 | Instituto Nacional de Saúde | INS | Saúde |
| 23 | Laboratório de Engenharia de Moçambique | LEM | Testagens |

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional de Moçambique (2018).

Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP) o país ganha uma nova percepção da necessidade de definir claramente as políticas de ensino superior e reorganizar o setor de investigação científica no País (MASSARANI; LIMA, 2012).

[...] O Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP) é o órgão central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objetivos, políticas e planos definidos pelo governo, dirige, planifica e coordena as atividades no âmbito da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional. Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1/2015, de 16 de janeiro. **Visão:** Formular políticas para o desenvolvimento integrado, articulado e qualitativo da Ciência e Tecnologia, dos Ensinos Superior e Técnico-Profissional, com vista à indução do crescimento e desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. **Missão:** Promover a oferta de soluções científicas e tecnológicas aos cidadãos nas áreas estratégicas de desenvolvimento definidas nos programas do Governo de Moçambique, aliado à promoção do acesso, expansão e garantia de qualidade de ensino nos níveis de Ensino Técnico-Profissional e Superior em Moçambique (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO-PROFISSIONAL DE MOÇAMBIQUE, 2017)⁷.

A ciência é uma atividade que envolve vários segmentos da sociedade e é vista como patrimônio e instrumento de produção do saber universal (MERTON, 2013). Ao analisar as instituições moçambicanas de pesquisa e de ensino superior, pode-se compreender a capacidade institucional que o país tem para lidar com a pesquisa científica. Os programas de iniciação científica que o Governo considera, associados às atividades de extensão universitária que concorrem para o estabelecimento de uma cultura de pesquisa científica ou simplesmente cultura científica, constituem uma forma de incentivo à produção científica.

Estudar a cultura científica moçambicana significa verificar a estrutura existente para o

estabelecimento de pesquisa científica no país. Isso significa verificar a capacidade de produção de conhecimento científico aliado à publicação científica. Sendo cultura hábitos e costumes de indivíduos ou grupos de indivíduos (SANTOS; BAIARDI, 2007). Cultura científica significa refletir sobre as normas institucionais e hábitos e costumes do pesquisador; que reflitam sobre o hábito ou cultura de publicar a produção científica moçambicana.

No caso da produção do conhecimento, essa cultura englobaria não somente o conhecimento que produzisse resultados, mas, também, as tentativas de construir teorias alternativas de saber, novos modos de produzir conhecimento, a emergência de novas ciências e o ambiente no qual essas iniciativas se fazem presente (SANTOS; BAIARDI, 2007). Considera-se cultura científica ao conjunto de condições estruturais existentes em um determinado ambiente (comunidade, neste caso país), combinados ao comportamento de cientistas ou pessoas que fazem ciência, assim como, ao hábito e costumes de uma sociedade com relação aos processos de produção e difusão do conhecimento científico (SANTOS; BAIARDI, 2007).

Apesar de não ser analisada com profundidade neste estudo, a atitude de cientistas ou pesquisadores moçambicanos é fundamental, pois determina a cultura científica de Moçambique que é adquirida e cultivada pelos pesquisadores do País desde a educação básica e se exterioriza na comunicação da pesquisa científica. Esta atitude deve passar de pesquisador ao comportamento coletivo e institucional que contribui para atividade científica (TAIMO, 2010). Portanto, a qualidade e quantidade de divulgação científica de um território dependem da cultura científica estabelecida nesse território, a partir capacidade de suas instituições e de habilidades de seus pesquisadores para produzir e divulgar publicações de qualidade.

[...] já acontece em várias partes do país, o que é ótimo, com um grande envolvimento não só das instituições acadêmicas e de pesquisa e das escolas, mas também das empresas. Iniciamos alguns movimentos para a formação de jornalistas na área de jornalismo científico, e atualmente alguns de nossos meios de comunicação têm páginas ou programas específicos para a divulgação científica (MASSARANI; LIMA 2012, p. 538).

A pesquisa científica ainda é considerada uma aliada fundamental para o combate à pobreza à para alavancar o desenvolvimento econômico de Moçambique, por isso, o Governo moçambicano tem apostado em capacitar as suas instituições de pesquisa. E, no âmbito de cooperação internacional, são disponibilizadas bolsas de estudos para moçambicanos cursarem mestrados e doutorados (MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE

⁷ **Governo de Moçambique.** Maputo, 2017. Disponível em: <<http://www.mctestp.gov.mz/?q=content/institui%C3%A7%C3%B5es-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-0>>. Acesso em: 10 maio 2016.

A estratégia de ciência, tecnologia e inovação em Moçambique, tem por objetivo o estabelecimento de um quadro conducente à realização dos objetivos estratégicos e programas que promovam o desenvolvimento de um sistema articulado de ciência, tecnologia e inovação. Desta forma, pretende-se que a ciência e a tecnologia contribuam de modo visível para a redução da pobreza, para o crescimento económico e melhoria de vida dos moçambicanos. Assim, a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique fundamenta-se nessa visão (MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE, 2014, p. XI)⁹.

A escassez de recurso para apoiar o processo de pesquisa científica, vem diminuindo significativamente nos últimos tempos com a criação de telecentros, centros multimídia comunitários e bibliotecas provinciais e municipais, equipadas com acervo bibliográfico e alguns equipamentos que permitam desenvolver pesquisas básicas (MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE, 2014).¹⁰ O documento “Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (2015-2035)” fundamenta-se na seguinte visão: todos os Moçambicanos têm o direito ao acesso e equidade na disponibilidade do uso da ciência, tecnologia, inovação e tecnologias de informação e comunicação com vista a acelerar o processo de criação de riqueza, da erradicação da pobreza, e, deste modo, acelerar a melhoria da sua qualidade de vida.

Os esforços do Governo moçambicano em difundir a ciência e tecnologia no País vêm sendo demonstrado por meio da criação de capacidade institucional, associada à emergência de novas universidades, apostando na extensão universitária que é voltada para iniciação científica, e permite ao estabelecimento da cultura científica no País. Esta iniciação científica é vista como parte da cultura científica, pois constitui um hábito que vai nortear a vida do pesquisador e também melhorar a atuação do dia a dia da comunidade (SANTOS; BAIARDI, 2007). Deste modo, constituirá cultura científica moçambicana o capital institucional do País para desempenhar a atividade científica combinada ao entusiasmo dos pesquisadores moçambicanos no que concerne à pesquisa científica e posterior publicação de resultados desta.

Merton (2013), ao reiterar que a atividade científica é sustentada pela capacitação de instituições para operar com pesquisa científica, ajuda a fundamentar o que se verifica em Moçambique: um esforço do governo em capacitar as instituições do país, estabelecendo um capital ci-

⁸ **Estratégia do governo de Moçambique (2015-2035)**. República de Moçambique, Maputo, 2014. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz147210.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

⁹ idem

¹⁰ idem

entífico que promove uma cultura de pesquisa e de publicação no País. E isso é demonstrado pelo esforço em criação de revistas científicas que cada instituição de pesquisa possui.

Notas finais

O resultado de uma boa educação em uma sociedade pode se medir pela qualidade de instituições de ensino, universidades e centros de pesquisa que se dediquem a pesquisa científica para responder aos problemas existentes nessa sociedade. As universidades públicas que se inspiraram na UEM, associaram ao processo de ensino e aprendizagem, a extensão universitária dirigindo suas pesquisas para responder á problemas da comunidade onde estiver inserida, isso, pode de alguma diminuir a ânsia por publicar a pesquisa, pois esta é aplicada localmente. Por seu turno, as universidades privadas, conduzem a vida de universidades em função ás diretrizes de seus acionistas, perigando assim a divulgação de pesquisa científica. Em geral, tanto nas universidades públicas como nas privadas, os cursos de pós-graduação são exíguos e isso de algum modo a reflete na quantidade e qualidade de pesquisa científica divulgada por instituições de ensino superior moçambicanas.

Em Moçambique, o surgimento massivo de universidades foi notabilizou se na primeira década de 2000 com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional de Moçambique. Antes, a Universidade Eduardo Mondlane a mais antiga universidade do país como anteriormente se descreve, sempre liderou a pesquisa no país em parceria com outros institutos. A passagem da Universidade de Lourenço Marques para Universidade Eduardo Mondlane se deu no período pós-independência em que as políticas definidas na altura para esta universidade visavam resolver os problemas da comunidade, massificar o ensino superior aos moçambicanos, formar técnicos competentes para alavancar o desenvolvimento do país.

Após a aprovação da Lei nº 6/92 surgiram vários decretos que preconizavam melhorias de ensino, e, cada ciclo de governação a era editado um decreto sobre educação. As sucessivas mudanças de currículo acadêmico no ensino primário e secundário trouxeram fragilidades que hoje se notam na qualidade dos graduados da maior parte das universidades no país. Consequentemente a pesquisa e extensão universitária baixou. Neste momento a pesquisa científica moçambicana é considera fraca, tendo em conta o número de publicações existentes e revistas científicas indexadas nas grandes bases de dados internacionais. O início da educação formal em Moçambique se dá com a aprovação da Lei nº 4/83 e a revogação desta pela Lei nº 6/92 e a criação do Ministério de Ensino Superior¹¹ no ano de 2000 mostra a institucionalização da educação

¹¹ Lei n. 6/92, de 6 de maio. Aprova o reajuste do Sistema Nacional de Educação. In: Boletim da República, Maputo, I série, n. 19, Maputo, p.104 (8-13), 1992.

formal e a sua evolução ilustrada pelo surgimento de instituições de pesquisa e de ensino superior em Moçambique. Assim, foi possível alcançar os objetivos deste estudo com a descrição histórica da educação moçambicana e a emergência da pesquisa científica e sua publicação.

O ensino superior em Moçambique tem grandes desafios porque devem refletir bastante na qualidade. Os objetivos do ensino superior na atualidade são diferentes daqueles que haviam sido traçados anos após independência. Em 1975 apenas havia uma só universidade e hoje temos tantas outras públicas e privadas. Agora é momento de refletir sobre a qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão dessas instituições. É importante olhar para a qualidade de recursos humanos e das infraestruturas. Um analfabeto funcional vindo do ensino superior provoca retrocesso na vida da sociedade. O desenvolvimento de Moçambique depende em grande escala da qualidade dos quadros formados pelas universidades. Por isso o Ministério de tutela deve de certo modo vigiar, controlar, supervisionar e garantir que todas essas instituições apresentem à sociedade uma qualidade competitiva de profissionais.

REFERÊNCIAS

BURKE, P. **Uma história social para o conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARENCO, E.M. T. La producción científica de la unan-managua representado en la web of science (2004-septiembre 2014). **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n.50, p. 191-220, 2015.

MARIA, P. de C. Ciência, modernidade e pós-modernidade. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 12, p. 64-75, 2013.

MASSARANI, L.; LIMA, L. Brasil-Moçambique, laços na política científica. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 533-540, abr./jun. 2012.

MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

SANTOS, A. V. dos; BAIARD, A. **Cultura científica, seu papel no desenvolvimento da ciência e da atividade inovativa e seu fomento na periferia da ciência**. III ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 23 a 25 maio 2007. Anais. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2007.

TAIMO, J. U. **Ensino superior em Moçambique: história, política e gestão**. 2010. 229f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010.

ZIMAN, J. **Conhecimento confiável: uma exploração dos fundamentos para crença da ciência**. Campinas: Papyrus, 1996.

Recebido em: 03/02/2019

Aprovado em: 20/06/2019